

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 131/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
131/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	JULIANA BENATTI DE CASTRO	19/05/2026 09:29 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		3679/2026

1. Prestação de serviço de Estanqueidade...

Pedido: Contratação de empresa técnica e especializada para a realização de manutenção em rede de gases medicinais do Hospital Municipal Walter Ferrari e UPA – Unidade de Pronto Atendimento “Dra. Ana Olivia Bentivoglio”, abrangendo pontos de consumo, redes principais e secundárias, conjunto de válvulas, reguladores, manifolds e demais componentes conforme normas técnicas vigentes e troca de centrais de gases semiautomáticas

Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Pregão Eletrônico - CONTRATO (90 dias)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa técnica e especializada para a realização de manutenção em rede de gases medicinais do Hospital Municipal Walter Ferrari e UPA – Unidade de Pronto Atendimento “Dra. Ana Olivia Bentivoglio”, abrangendo pontos de consumo, redes principais e secundárias, conjunto de válvulas, reguladores, manifolds e demais componentes conforme normas técnicas vigentes e troca de centrais de gases semiautomáticas, conforme descritivos.

ESPECIFICAÇÃO		QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	Manutenção nas redes de gases do Hospital, compreendendo;			

01	<p>99- Válvula de impacto com dupla vedação para oxigênio</p> <p>101- Válvula de impacto com dupla vedação para Ar</p> <p>48- Válvula de impacto com dupla vedação para vácuo</p> <p>8- Válvula de impacto com dupla vedação para N2O</p>	1	43.228,00	43.228,00
02	<p>Manutenção nas redes de gases da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, compreendendo;</p> <p>20- Válvula de impacto com dupla vedação para oxigênio</p> <p>20 Válvula de impacto com dupla vedação para Ar</p>	1	19.420,00	19.420,00
03	<p>Troca de central de gases na UPA – Unidade de Pronto Atendimento</p> <p>kit central semi automática oxigenio4+4 4p (flexível inox)(pressão saída 0 a 6 bar - vazão 30m³/h), 1 central,1 extensão niquelada 4 pontos curvadireita,1 extensão niquelada 4 pontos curvaesquerda,8 flexíveis,8 conexões 218-1 com retenção,8 conexões 218-1 -58mm, 4 suporte de cilindro (duplo).</p>	1	24.809,00	24.809,00
04	<p>Troca de central de gases na UPA – Unidade de Pronto Atendimento</p> <p>kit central semi automática ar comprimido 3+3 3p (flexível inox) (pressão saída 0 a 6 bar - vazão 30m³/h), 1 central,1 extensão niquelada 3 pontos curvadireita,1 extensão niquelada 3 pontos curvaesquerda,6 flexíveis, 6 conexões 204-1 com retenção 6 conexões 218-1</p>	1	22.879,33	22.879,33

	-58mm, 6 suporte de cilindro (para 1 cilindro)			
05	Teste de estanqueidade em redes de gases nas unidades UPA e Hospital com Laudo e ART	1	19.833,33	19.833,33
TOTAL				R\$130.169,66

Em caso de divergência entre a descrição constante neste Termo de Referência e a registrada no sistema eletrônico de compras, prevalecerá a descrição contida neste documento.

Para esta contratação não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, pois até a presente data, não possui o item demandado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, bem como previsto no Decreto Municipal nº 4580/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a contratação de empresa técnica e especializada para a execução de testes de estanqueidade, verificações técnicas e correções necessárias na rede de gases medicinais e troca de centrais de gases semiautomáticas dos espaços físicos que passarão a ser geridos pela Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atual processo de transição administrativa.

Considerando que as redes de gases medicinais – incluindo sistema de oxigênio, ar comprimido medicinal e demais componentes – constituem infraestrutura crítica para o funcionamento seguro e contínuo dos serviços de saúde, torna-se indispensável garantir que tais redes estejam em perfeitas condições operacionais e em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela ABNT e regulamentações sanitárias.

A contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de realizar testes de estanqueidade para identificar eventuais vazamentos ou falhas na rede; executar correções e ajustes técnicos imediatos que comprovem a conformidade do sistema; emitir laudos e relatórios técnicos que comprovem a conformidade da infraestrutura; garantir segurança do paciente e profissionais e a adequada continuidade dos serviços de saúde durante e após o período de transição administrativa e prevenir riscos operacionais, sanitários e estruturais decorrentes de falhas no sistema de gases medicinais.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade da presente contratação para assegurar que os ambientes a serem incorporados à gestão da Secretaria Municipal de Saúde estejam plenamente aptos para uso, com sistemas de gases medicinais funcionando de forma segura, eficiente e conforme as exigências normativas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa técnica e especializada para a execução integral dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais da UPA – Unidade de Pronto Atendimento “Dra. Ana Olivia Bentivoglio” e do Hospital Municipal “Walter Ferrari”, bem como a troca de central de ar comprimido e oxigênio, que apresentou defeito na Unidade de Pronto Atendimento, em conformidade com as normas técnicas vigentes e as exigências dos órgãos reguladores competentes.

Os serviços abrangem a inspeção completa de toda a rede de gases medicinais, incluindo tubulações, conexões, válvulas, pontos de consumo, painéis de controle e demais componentes do sistema, com a realização de testes de estanqueidade em toda a extensão da rede, visando identificar e corrigir vazamentos, falhas ou não conformidades que possam comprometer a segurança, a eficiência e a continuidade do atendimento assistencial.

A empresa contratada será responsável pela execução dos ajustes, reparos e substituições necessárias, bem como pela verificação do correto funcionamento do sistema após as intervenções, assegurando a confiabilidade do fornecimento de gases medicinais aos setores assistenciais.

Ao final dos serviços, deverão ser emitidos laudos técnicos e relatórios conclusivos, devidamente assinados por profissional legalmente habilitado, atestando as condições de segurança, funcionamento e conformidade da rede de gases medicinais, os quais servirão como documentação comprobatória para fins de fiscalização, auditoria e gestão técnica das unidades de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões contantes no Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

A avaliação previa do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado é FACULTATIVA, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 16h.

O pedido de agendamento da visita técnica pela licitante interessada deverá ser formalizado por meio do endereço eletrônico gestao.saude@jaguariuna.sp.gov.br, contendo as seguintes informações: número e objeto do Pregão Eletrônico, razão social, CNPJ, endereço completo, telefone para contato, bem como o nome completo do representante da empresa que realizará a visita.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.2.1 Qualificação técnico-operacional

A empresa deverá apresentar:

a) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válida e regular, compatível com o objeto da contratação;

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de **um ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência na execução de serviços relacionados a:

- manutenção de redes de gases medicinais hospitalares;
- testes de estanqueidade em sistemas de gases medicinais;
- fornecimento e/ou instalação de centrais de gases medicinais;
- substituição de válvulas e componentes em redes hospitalares.

c) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

I – Execução de serviços de manutenção em sistemas de gases medicinais hospitalares;

II – Realização de testes de estanqueidade;

III – Instalação e/ou adequação de centrais de gases medicinais.

d) Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência, desde que demonstrem compatibilidade com o objeto licitado.

4.2.2 Qualificação técnico-profissional

A empresa deverá comprovar possuir, em seu quadro técnico ou mediante vínculo contratual, profissional legalmente habilitado junto ao CREA, apto à emissão de ART para os serviços objeto da contratação.

A comprovação poderá ocorrer mediante:

- vínculo empregatício;
- contrato de prestação de serviços;
- participação societária;
- declaração de disponibilidade do profissional para execução do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Antes da emissão da primeira Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá participar da primeira reunião sobre a evolução do contrato onde serão expostas e reforçadas as condicionantes presentes em suas cláusulas e Edital, sendo formalizado através de Ata de Reunião Inicial.

Os serviços serão prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA nas dependências internas da CONTRATANTE.

Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deve manter no local de trabalho o número suficiente e adequado de pessoal operacional, necessário ao exato cumprimento das obrigações assumidas.

Todos os equipamentos, utilizados na prestação dos serviços, deverão ser operados e/ou conduzidos por profissionais treinados e, quando for o caso, legalmente habilitados para tal, cabendo à CONTRATADA integral responsabilidade por danos ou acidentes advindos da negligência no cumprimento desta obrigação.

A CONTRATANTE poderá apontar, a qualquer momento, a atuação, permanência ou comportamento de funcionários que sejam julgados inadequados ao desempenho dos trabalhos executados para a tomada de providências.

A CONTRATADA deve utilizar às suas expensas equipamentos que sinalizem e garantam a segurança onde estarão prestando os serviços e minimizem ao máximo o risco de acidentes ou danos a integridade física dos colaboradores e dos usuários dos próprios públicos e/ou propriedade público privada. Os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva devem estar de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimento de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

A Contratada deverá realizar teste de estanqueidade em toda a rede de gases medicinais dos locais constantes neste, assegurando a integridade, eficiência e segurança do sistema, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

A Contratada deverá realizar serviços abrangendo:

- a. Ponto de consumo (tomadas, painéis de cabeceira, pontos de ventiladores e anestesia, outros).
- b. Rede principal de distribuição (tubulações, conexões, suportes e interligações).
- c. Rede secundária de todos os setores clínicos, ambulatoriais e de apoio.
- d. Conjunto de válvulas de bloqueio, seccionamento e controle.
- e. Reguladores de pressão primários e secundários.
- f. Manifolds de gases medicinais, centrais de abastecimento e seus acessórios.
- g. Demais componentes o sistema, tais como quadros, caixa de válvula, alarmes locais e centrais.

A execução deverá seguir etapas técnicas padronizadas, incluído:

Inspeção preliminar

- a. Levantamento de toda a estrutura existente.
- b. Identificação de pontos críticos e áreas que necessitem de atenção especial.
- c. Verificação das condições físicas e estruturais da rede.

Preparação da rede

- a. Isolamento dos trechos a serem testados.
- b. Fechamento e bloqueio de válvula conforme a necessidade.
- c. Instalação de equipamento de medição pressurização adequados para cada tipo de gás (O₂, NO₂, ar comprimido, vácuo, CO, etc.).

Pressurização e teste

- a. Aplicação de pressão conforme diretrizes a ABNT NBR 12188, NBR 12190, NBR 13587, entre outras correlatas.
- b. Monitoramento do sistema pelo período especificado nas normas (tempo de estabilização e testes).
- c. Registro de quedas de pressão caso ocorram.

Localização de vazamentos

- a. Utilização de solução espumante, sensores eletrônicos ou equipamentos de detecção conforme o tipo de gás e material.
- b. Identificação de microvazamentos, fissuras ou falhas em soldas, conexões e componentes.

Correções e retestes (quando aplicável)

- a. Comunicação imediata aos fiscais ou gestor de contrato sobre as falhas detectadas.
- b. Possibilidade de realização de novos testes após reparo.

Dos equipamentos e instrumentos

A Contratada deverá empregar equipamentos certificados e calibrados, tais como:

- a. Manômetros e registradores digitais.
- b. Bombas ou compressores específicos para pressurização controlada.
- c. Detectores de vazamento eletrônicos ou químicos.
- d. Ferramentas específicas para gases medicinais
- e. Equipamentos de proteção individual (EPIs) compatíveis com o ambiente hospitalar.

Equipe técnicas

A execução deverá ser conduzida exclusivamente por profissionais:

- a. Treinados e qualificados em sistemas de gases medicinais.
- b. Com comprovação de capacidade técnica (ART, certificados e relatórios).
- c. Cumprindo normas de segurança, higiene e condutas hospitalares.

Entregáveis

Ao final dos serviços, a Contratada deverá entregar relatório técnico completo contendo:

- a. Descrição dos procedimentos realizados
- b. Valores medidos e parâmetros comparativos
- c. Resultados dos testes e conclusões
- d. Indicação de não conformidades
- e. Registros fotográficos
- f. Certificado de estanqueidade conforme normas aplicáveis.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada pela Administração e autorizada pela autoridade competente.

O prazo para execução dos serviços será de até **30 (trinta) dias**, contados da data da assinatura do contrato, devendo a empresa contratada iniciar a execução imediatamente após a formalização contratual, observadas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

O Contratado deverá manter o preposto da empresa nos locais de execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante e de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Além do disposto acima, a fiscalização administrativa irá examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Gestor do contrato

Cabe ao gestor do contrato:

Emitir a Ordem de Início dos Serviços.

Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº. 14.133 /2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela Contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à Administração Pública, por meio de agentes formalmente designados, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, com vistas a garantir sua regularidade, eficácia e conformidade com as cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

Gestor do Contrato

Conforme Decreto Municipal, o Gestor do Contrato é o Secretário Municipal da pasta.

A Secretaria Municipal de Saúde designará formalmente um ou mais fiscais, técnico / administrativo, preferencialmente com formação na área da saúde ou engenharia clínica, responsáveis pelo acompanhamento da execução técnica e administrativa dos serviços prestados.

O gestor do contrato terá autoridade para aplicar penalidades previstas em contrato, caso sejam constatadas infrações ou descumprimentos pela contratada, respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa.

Atribuições da Fiscalização

As atribuições de acompanhamento e fiscalização incluirão, mas não se limitarão a:

Verificação do cumprimento dos prazos e das condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

Avaliação da qualidade técnica dos serviços prestados, incluindo conformidade com normas técnicas e padrões estabelecidos;

Análise dos relatórios periódicos apresentados pela contratada, garantindo transparência e controle das atividades realizadas;

Fiscalização do uso correto e seguro dos equipamentos, verificando a efetividade das manutenções preventivas e corretivas;

Realização de inspeções e vistorias nas unidades onde os equipamentos estão instalados, sempre que necessário;

Registro e tratamento formal de ocorrências, notificações de falhas, atrasos ou quaisquer irregularidades na execução dos serviços, com comunicação imediata à contratada para adoção de medidas corretivas;

Solicitação de esclarecimentos e informações adicionais para assegurar a plena conformidade dos serviços contratados.

Rotina de Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada de forma contínua pelo **Gestor do Contrato** e pelos **Fiscais designados**, ou por seus respectivos substitutos, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade técnica dos serviços executados e a adequada aplicação dos recursos, nos termos da legislação vigente e deste Termo de Referência.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização da execução dos serviços pelo fiscal técnico abrange o descrito do Decreto Federal 11.246 art. 22.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização da execução dos serviços pelo fiscal administrativo abrange o descrito do Decreto Federal 11.246 art. 22.

Acesso e Informação

A empresa contratada deverá:

Garantir livre acesso da equipe de fiscalização aos equipamentos, relatórios técnicos, registros de manutenção e demais documentos relacionados à execução contratual;

Prestar prontamente todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, de forma clara e documentada;

Cooperar, com auditorias internas e externas, quando convocadas pela Administração Pública ou órgãos de controle.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E CONDIÇÕES PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto observará o disposto nessa seção.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

-Não produzir os resultados acordados;

-Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

-Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A medição dos serviços será única, considerando a efetiva disponibilização e funcionamento dos equipamentos, bem como a execução integral dos serviços contratados.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A execução tempestiva dos testes e verificação em toda a rede de gases medicinais, demais componentes que fazem parte da infraestrutura e emissão e entrega de relatório técnico detalhado;

O pagamento estará condicionado ao atesto de conformidade emitido pela fiscalização contratual, após verificação do cumprimento integral das obrigações previstas no contrato.

DO RECEBIMENTO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, “a”, da Lei 14.133/2021).

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação de serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em parcela única após aceite no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da nota fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não será permitida a antecipação de pagamentos.

Reajuste

Não se aplica visto que o serviço será executado em única parcela.

10. LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

- Hospital Municipal Walter Ferrari: Rua Amazonas, s/n – Centro, Jaguariúna SP
- Unidade de Pronto Atendimento Dra. Ana Olivia Bentivoglio: Avenida Antônio Pinto Catão, nº 1222 – Jardim Planalto, Jaguariúna SP.

5.10 Os serviços serão prestados nos seguintes horários, de segunda a sexta feira, das 08h às 17h.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d. Multa:
 - I. Multa moratória por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, ensejando a aplicação da multa compensatória.
 - II. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado do contrato e não superior a 30% (trinta por cento).

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

A multa aplicada deverá ser recolhida pela contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da notificação administrativa, mediante guia própria a ser fornecida pela Contratante, sob pena de inscrição em dívida ativa e demais cominações legais.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com a Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. PROPOSTA DE PREÇOS

As proponentes deverão apresentar **proposta de preços**, correspondente a todos os itens, conforme especificações deste Termo de Referência.

Os valores ofertados na proposta deverão contemplar **todos os custos e despesas necessários à perfeita execução do objeto**, incluindo, mas não se limitando a, impostos, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, deslocamentos, alimentação, diárias, materiais, equipamentos, ferramentas, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à execução contratual.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

Embora os itens estejam discriminados individualmente para fins de detalhamento e composição de custos, a contratação será realizada em lote único, com julgamento pelo menor preço global, considerando a interdependência técnica entre os serviços e a necessidade de execução integrada do sistema de gases medicinais.

A adoção do critério de menor preço global justifica-se pela necessidade de garantir a compatibilidade técnica entre os serviços, evitando riscos de incompatibilidade operacional, falhas sistêmicas e comprometimento da segurança assistencial.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº. 77/2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764/1971;

Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5452/1943.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14. **ESTIMATIVAS DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ **130.169,66** (cento e trinta mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

O valor estimado foi obtido através de consultas em sítios eletrônicos de contratações públicas, e ainda, através de orçamentos que acompanham o presente.

15. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação dispõem da rubrica orçamentária conforme dados abaixo:

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 539/2026 - 02.14.01.10.302.2035.2067.3.3.90.39.00;

Projeto Atividade: Manutenção dos Serviços de Saúde;

Elemento: Material de Consumo;

Fonte de Recurso: 1 - Tesouro;

Código Aplicação: 302.0000 - Atenção de Média e Alta Complexidade.

16. **RESPONSÁVEIS**

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA CAMILO

Secretária Municipal de Saúde

ANDRESA DE SOUSA LIMA PRIVATTI

Enfermeira

HENRIQUE BARSOTTI

Equipe de Planejamento